



Estado do Tocantins

Prefeitura Lagoa da Confusão

LEI Nº 299/2001

“Cria o Conselho Municipal de Incentivo a formação Universitária e dá outras providência”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA DA CONFUSÃO, Estado do Tocantins, FAZ SABER que o Plenário aprovou e Ele, sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Da Criação e Atribuição

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Incentivo a Formação Universitária – CMIFU, em caráter permanente, como órgão deliberativo no âmbito Municipal.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Incentivo a Formação Universitária tem por objetivo promover e amparar a alunos que estiverem em condições de ocuparem vagas à cursos universitários, comprovados pelo método tradicional de ingresso a universidade (vestibular).

CAPÍTULO II

Da Constituição

Art. 3º - O Conselho Municipal de Incentivo a Formação Universitária será constituído por nove membros, que tenha interesse em trabalhar na promoção da formação universitária.

§ 1º - Os membros serão em número de quatro representantes da Prefeitura e cinco representantes da comunidade.

§ 2º - A mesa diretora do Conselho será composta de Presidente, Vice-Presidente, Secretário Executivo e dois suplentes.

Art. 4º - O mandato dos membros do Conselho será de dois anos, podendo ser reconduzido por igual período.



Estado do Tocantins

Prefeitura Lagoa da Confusão

§ 1º - Quando ocorrer vaga, o novo membro designado, em substituição, completará o mandato do substituto.

§ 2º - O mandato dos membros do Conselho será exercido gratuitamente e suas funções consideradas como prestação de serviços relevantes ao Município.

CAPÍTULO II

Seção I

Da Competência

Art. 5º - Compete ao Conselho Municipal de Incentivo a Formação Universitária:

I – Promover e amparar alunos em condições de ocupar vagas em cursos universitários;

II – Estudar e propor a Administração medidas de amparo, promoção e enriquecimento educacional para formação profissional;

III – Promover junto as entidades de classe campanhas à promoção de formação universitária profissional em parceria com a Secretaria de Educação Municipal.

Seção II

Da Competência do Presidente

Art. 6º - É da competência do Presidente do Conselho:

I – Convocar e presidir as reuniões do Conselho;

II – Zelar pelo cumprimento das atribuições do Conselho;

III – Representar o Conselho em toda e qualquer circunstância;

IV – Estabelecer regulamentos e atribuições internas para funcionamento do Conselho;

V – Designar os substitutos dos membros do Conselho em suas ausências.

Seção III

Da Competência do Secretário Executivo

Art. 7º - É da competência do Secretário Executivo:



Estado do Tocantins

Prefeitura Lagoa da Confusão

- I – Organizar a pauta dos trabalho para as reuniões;
- II – Redigir as atas;
- III – Assinar as atas das reuniões juntamente com os demais membros;
- IV – Receber todo expediente endereçado ao Conselho e promover seu regular andamento;
- V – Executar todos os demais serviços inerentes ao seu cargo ou atribuído pelo Presidente do Conselho.

Seção IV

Da competência dos Membros do Conselho

Art. 8º - É da competência dos membros do Conselho:

- I – Comparecer às reuniões do Conselho;
- II – Eleger entre seus pares o Presidente, Vice-Presidente e Secretário Executivo do Conselho;
- III – Requerer a convocação de reuniões, justificando a necessidade, quando o Presidente ou seu substituto legal não fizer;
- IV – Estudar e relatar os assuntos que lhe forem distribuídos emitindo parecer;
- V – Tomar parte nas discussões e votações, apresentar emendas ou substitutivos às conclusões de pareceres ou resoluções;
- VI – Requerer urgência para discussão e votação de assuntos não incluídos na ordem do dia;
- VII – Assinar atas resoluções e pareceres;
- VIII – Colaborar para o bom andamento dos trabalhos do Conselho;
- IX – Comunicar previamente ao Presidente quando tiver que se ausentar.



Estado do Tocantins

Prefeitura Lagoa da Confusão

CAPÍTULO IV

Das reuniões do Conselho Municipal de Incentivo a Formação Universitária

Art. 9º - O Conselho Municipal de Incentivo a Formação universitária se reunirá sempre que for necessário, para desempenhar suas atribuições, mediante convocação do Presidente, do seu substituto legal ou a requerimento da maioria de seus membros.

§ 1º - As convocações deverão ser efetuadas com antecedência mínima de quarenta e oito horas, salvo motivo urgente devidamente justificado;

§ 2º - O Conselho deliberará quando presente pelo menos a metade do número legal de seus membros.

Art. 10º - As deliberações do Conselho serão tomadas pela maioria de votos dos membros presentes, cabendo ao Presidente, além do voto comum, o desempate.

Parágrafo Único - A votação será secreta ou nominal, segundo resolver a maioria do Conselho.

Art. 11º - Dependendo da matéria em debate, poderão ser convidados às sessões do Conselho, dirigentes de entidades públicas ou privadas, técnicos especializados ou qualquer representante da Prefeitura ou outros convidados especiais.

CAPÍTULO V

Da Ordem e da Execução dos Trabalhos

Seção I

Da Ordem dos Trabalhos

Art. 12º - Os assuntos serão distribuídos e discutidos no Conselho, pela ordem cronológica das respectivas entradas.

Parágrafo Único - No caso de matérias urgentes ou de alta relevância, poderá a mesma, a critério do Conselho, entrar, imediatamente em discussão.

Art. 13º - A Ordem dos Trabalhos, serão o seguinte nas reuniões do Conselho:

I - Verificação da presença e existência de "quorum";

II - Leitura, discussão, votação, aprovação e assinatura da Ata da reunião anterior;

III - Distribuição dos assuntos a serem estudados e relatados.



Estado do Tocantins

Prefeitura Lagoa da Confusão

Seção II

Da Execução dos Trabalhos

Art. 14º - O Conselho emitirá parecer contendo o histórico e o resumo da matéria, as considerações de ordem prática e sua conclusão ou voto.

Art. 15º - Após a leitura do parecer, o Presidente submeterá o assunto à discussão, dando a palavra ao membro que a solicitar.

Parágrafo Único - Após o encerramento da discussão, a matéria em estudo será submetida à deliberação do plenário. O voto de qualquer membro do Conselho poderá ser dado por escrito ou oralmente, devendo ser reduzido a termo.

Art. 16º - As deliberações do Conselho denominar-se-ão "Parecer" ou "Resolução", conforme a matéria seja submetida à sua apreciação de sua própria iniciativa.

Parágrafo Único - As resoluções e pareceres serão assinadas por todos os membros do Conselho e encaminhadas a quem for de direito.

CAPÍTULO VI

Das Atas

Art. 17º - As atas serão lavradas e assinadas pelo Secretário Executivo e nelas se resumirão com clareza os fatos relevantes ocorridos durante a sessão, devendo conter, dia, mês e ano, presença dos membros do Conselho, registros de fatos ocorridos e demais assuntos de praxe.

CAPÍTULO VII

Das substituições e perdas de mandato

Art. 18º - O Presidente será substituído pelo Vice-Presidente, na sua ausência ou impedimento.

Art. 19º - Os membros do Conselho, em suas ausências, serão substituídos mediante designação do Presidente, observando o seguinte critério:

I - Os que pertencerem ao quadro da Prefeitura, por funcionários do mesmo órgão;

II - Os demais membros do Conselho, por pessoas indicadas pela respectiva entidade a que pertencem.



Estado do Tocantins

Prefeitura Lagoa da Confusão

Art. 20º - Os membros do Conselho Municipal de Incentivo a Formação Universitária perderão o mandato nas seguintes hipóteses:

I - Faltar injustificadamente a três reuniões consecutivas do Conselho;

II - Tornar-se incompatível com o exercício do cargo por improbidade ou prática de atos irregulares.

Art. 21º - O Presidente do Conselho é a autoridade competente, para declarar a perda do mandato de qualquer membro, depois de apurada infração ou falta grave.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 22º - O Conselho Municipal de Incentivo a Formação Universitária, considerar-se-á constituído quando se acharem empossados pelo Prefeito a maioria dos seus membros

Art. 23º - Os casos não especificados nesta Lei, serão regulamentados posteriormente, conforme as necessidades.

Art. 24º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lagoa da Confusão, Estado do Tocantins, aos 24 dias do mês de setembro do ano de 2001.


Mauro Ivan Ramos Rodrigues
Prefeito Municipal